



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 57, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, em conformidade com as disposições estabelecidas pelo Decreto n.º 7.862/2012, Portaria n.º 08 - GM/MP, de 07 de janeiro de 2013, e pela Orientação Normativa SEGEP n.º 1, de 10 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1.º - Tornar público que o pensionista JOSÉ DE OLIVEIRA, CPF 017.533.406 - 40, tendo realizado a sua atualização cadastral, terá o pagamento de seus benefícios de pensão restabelecidos, nos termos do Art. 12 da Orientação Normativa SEGEP n.º 1/2013.

Art. 2.º - O crédito dos pagamentos restabelecidos será efetivado na primeira folha de pagamento disponível para inclusão.

Art. 3.º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DE SÁ VIANA REZENDE
Substituto

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 21, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no inciso I do art. 141 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar MPT nº 2.19.000.002496/2015-68, resolve:

Art. 1.º Aplicar a penalidade de demissão ao servidor Márcio Henrique Sampaio de Araújo, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, por infração ao disposto nos incisos II e III do art. 132, todos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 22, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na 192ª Sessão Extraordinária, realizada em 03/03/2016, constante do Procedimento Administrativo MPDFT nº 08191.056076/2015-96, resolve:

Art. 1.º Promover, por merecimento, RAFAEL GUSTAVO REINER, Promotor de Justiça Adjunto, ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em vaga decorrente da aposentadoria do Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos, conforme a Portaria/PJ/MPDFT nº 1951, de 27 de novembro de 2015, DOU nº 228, de 30 de novembro de 2015, Seção 2, fl. 66.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1.º, da Lei Complementar nº 75/1993.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 153, DE 10 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.003948/2016-37, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Procurador da República e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República, DIOGO CASTOR DE MATTOS, no período de 19 a 23 de março de 2016, inclusive trânsito, com passagem aérea em classe econômica, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar diligências referentes ao PCI nº 1.00.000.018642/2015-02, a realizar-se no dia 21 de março de 2016, em Lisboa, Portugal.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 155, DE 10 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o contido no Ofício nº 1826, de 10 de março de 2016, da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Paraná, e por necessidade de serviço, resolve:

Art. 1.º Designar o Procurador da República ALEXANDRE MELZ NARDES para, como substituto eventual do Procurador Regional Eleitoral e do Procurador Regional Eleitoral Substituto, officiar, na falta ou impedimento destes, perante o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no dia 21 de março de 2016.

Art. 2.º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 157, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições com fundamento que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o disposto no art. 2.º, Inciso I, da Portaria PGR/MPU nº 825, de 14 de novembro de 2013, e no Ofício nº 12/2016-EJGA, de 4 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1.º Desonerar integralmente o Procurador da República ÂNGELO GOULART VILLELA, de suas atribuições na Procuradoria da República no Município de Guarulhos/SP, em razão da designação efetivada pela Portaria PGR/MPF nº 979, de 26 de dezembro de 2014.

Art. 2.º Esta Portaria produz efeitos a contar de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 160, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o constante nos autos do Processo Administrativo nº 1.00.000.003146/2016-27 e no requerimento do Coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio do Ofício nº 129/2016/PGR/5ª CCC/MPF, resolve:

Art. 1.º Designar o Procurador Regional da República MÁRCIO ANDRADE TORRES para atuar com exclusividade nos feitos da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos períodos de 16 a 23 de março, 18 a 29 de abril e 16 a 27 de maio de 2016.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 158, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no inciso I do art. 141 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar PGR/MPF nº 1.00.000.002543/2014-10, resolve:

Art. 1.º Aplicar a penalidade de demissão à servidora Germana Pedrosa de Aguiar, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, por infração ao disposto nos incisos II, IV, IX e XI do art. 116, inciso V do art. 117 e incisos V e VI do art. 132, todos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 161, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 17 de março de 2017, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão do servidor MARCELLO AUGUSTO GOMES FERNANDINO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, CJ-3, no Gabinete da Ministra Cármen Lúcia, no Supremo Tribunal Federal.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 162, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Ofício nº 2334/2016/MPF-GAB/FT, de 07 de março de 2016, resolve:

Art. 1.º Tornar sem efeito a desoneração integral, instituída por meio da Portaria PGR/MPF N.º 1003, de 27 de novembro de 2015, atribuída à Procuradora da República GABRIELA SARAIVA VICENTE DE AZEVEDO devido à atuação exclusiva na Força-Tarefa Rio Doce.

Art. 2.º Esta Portaria produz efeitos a partir de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 163, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 27 de fevereiro de 2017, sem ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão do servidor RAFAEL BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para continuar a exercer o Cargo de Natureza Especial, CNE-06, de Chefe da Assessoria de Planejamento da Administração Regional de Santa Maria, no Governo do Distrito Federal.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 72, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o disposto no art. 9.º, inciso I, e art. 10.º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do Processo nº 1.00.000.000726/2015-81, em cumprimento à Decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 47746-53.2015.4.01.3400, constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.012925/2015-32, resolve:

Art. 1.º Nomear, em condição sub iudice, o candidato habilitado em concurso público, no cargo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, conforme Anexo desta Portaria, visando o preenchimento das vagas decorrentes de distribuição definitiva constante no Edital SG/MPU nº 18, de 09/11/2015, conforme previsto item 4.5.1 do Edital nº 1 - MPU 1/2015, de 13 de janeiro de 2015.

Art. 2.º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

LAURO PINTO CARDOSO NETO

ANEXO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

I CARGO: TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST/SEG. INST. E TRANSP., NÍVEL MÉDIO, CLASSE: "A", PADRÃO: 1

Clas.	Insc.	Nome do Candidato	UF	Cidade de Lotação	Origem da Vaga
8	10022303	Fabiano de Almeida e Silva	DF	PGR (Brasília)	Lei nº 12.321, de 08 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº 73, DE 11 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o disposto no art. 9.º, inciso I, e art. 10.º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do Processo nº 1.00.000.007636/2013-50, em cumprimento à Decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1002219-61.2015.4.01.3400, constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.003715/2016-34, resolve:

Art. 1.º Nomear, em condição sub iudice, o candidato habilitado em concurso público, no cargo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, conforme Anexo desta Portaria, visando o preenchimento das vagas decorrentes de distribuição definitiva constante no Edital SG/MPU nº 3, de 04/03/2016, conforme previsto item 4.5.1 do Edital nº 1 MPU 2/2013, de 09 de agosto de 2013.

Art. 2.º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

LAURO PINTO CARDOSO NETO

ANEXO

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

I CARGO: ANALISTA DO MPU/TEC. DA INF. E COMUNIC./SUPORTE E INFR., NÍVEL SUPERIOR, CLASSE: "A", PADRÃO: 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
29	10035582	ANDERSON VINÍCIOS ALMEIDA COSTA	DF	ESMPU/MPU (BRASÍLIA)	VACANCIA - LEONARDO KARINO SOARES DE CARVALHO, CPF: 011.957.561-27 - PT/DESMPU-11, DE 19/01/2016, DOU DE 22/01/2016.